

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS  
INFORME BRASIL Nº 21/2011**

Período: 23/07/2011 – 29/07/2011

**GEDES – Brasil**

- 1- Ministério da Justiça permite que pesquisadores acessem documentos do Arquivo Nacional sobre o regime militar
- 2- Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores apoiam posição de Dilma Rousseff para o fim do sigilo eterno de documentos ultrassecretos
- 3- Aeronáutica mantém esquema de segurança durante Jogos Mundiais Militares
- 4- General comenta sobre vulnerabilidade do sistema virtual de informação do Exército
- 5- Ex-ministro de Direitos Humanos é entrevistado acerca da criação da Comissão da Verdade
- 6- Órgãos públicos investigam possíveis irregularidades em obras sob controle do Exército
- 7- Exército irá receber e destruir armas apreendidas pela Justiça
- 8- Ex-comandante do DOI-Codi é julgado em ação cível por tortura e poderá ser condenado a pagar indenização
- 9- Nova ossada é encontrada na região da Guerrilha do Araguaia e ministra defende pagamento de indenização a camponeses

1- Ministério da Justiça permite que pesquisadores acessem documentos do Arquivo Nacional sobre o regime militar

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo* o Ministério da Justiça permitiu que 12 pesquisadores tenham pleno acesso ao Arquivo Nacional para investigar e identificar torturadores e assassinos do regime militar (1964-1985) e reunir informações acerca das vítimas do regime. Os pesquisadores foram selecionados por estarem diretamente ligados ao referido período, sendo ex-perseguidos políticos, ex-ativistas e familiares de mortos e desaparecidos. A permissão para acesso aos arquivos governamentais foi solicitada há um mês pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, e foi sancionada pela Portaria 1.668 no dia 20/07/2011 no Diário Oficial, pelo ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo. No dia 22/07/2011 os pesquisadores se reuniram em Brasília com o intuito de delinear um esboço para a investigação, a qual não permitirá restrições do Estado. (*O Estado de S. Paulo – Nacional – 23/07/11*)

2- Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores apoiam posição de Dilma Rousseff para o fim do sigilo eterno de documentos ultrassecretos

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo* Dilma Rousseff, presidente da República, solicitou a sua base aliada no Senado Federal que aprove o texto sobre a Lei de Acesso à Informação, já sancionada pela Câmara dos Deputados. O texto prevê o fim do sigilo eterno de documentos considerados ultrassecretos, propõe o prazo de 25 anos para que os papéis permaneçam em segredo, e o limite de 25 anos para renovação do sigilo. O Ministério das

Relações Exteriores e o ministro da Defesa, Nelson Jobim, declararam apoio à posição de Rousseff. Jobim ainda afirmou que os segredos militares estão protegidos e que documentos concernentes ao passado não dificultam a aprovação do projeto. O senador Fernando Collor de Mello é o único que não concorda com a proposta. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 23/07/11)

### 3- Aeronáutica mantém esquema de segurança durante Jogos Mundiais Militares

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a Aeronáutica brasileira está mantendo um esquema especial na cidade do Rio de Janeiro para garantir a segurança durante a realização dos Jogos Mundiais Militares. De acordo com o jornal, estão sendo utilizados seis aviões de caça, um avião radar, dois helicópteros Blackhawk e ultraleves. (Folha de S. Paulo – Poder – 24/07/11)

### 4- General comenta sobre vulnerabilidade do sistema virtual de informação do Exército

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o general José Carlos dos Santos, responsável pelo Centro de Defesa Cibernética, comentou a vulnerabilidade do sistema de informação virtual do Exército. De acordo com Santos, atualmente, o Estado não investe o suficiente para proteger dados sigilosos das Forças Armadas e do próprio governo. O valor de R\$ 80 milhões está previsto para ser aplicado ainda em 2011, e mais R\$ 200 milhões até 2013. Um dos objetivos para diminuir a fraqueza do sistema é colocar toda a rede do Exército em servidores próprios, pois, atualmente, 20% ainda utiliza canais de empresas privadas em localidades como a região da Amazônia e Centro Oeste. Um dos problemas ocasionados por essa fragilidade, de acordo com o general, é o Sistema Integrado de Vigilância de Fronteira que, mesmo atuando com tropas, não consegue manter plena vigilância dos mais de 16 mil quilômetros da fronteira sem um sistema telemático adequado. (Correio Braziliense – Política – 24/07/11)

### 5- Ex-ministro de Direitos Humanos é entrevistado acerca da criação da Comissão da Verdade

Entrevistado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, Paulo Vannuchi, ex-ministro de Direitos Humanos e atual auxiliar da presidente da República, Dilma Rousseff, para a criação da Comissão da Verdade, esclareceu seus pontos de vista acerca dos julgamentos e punições dos crimes cometidos durante o regime militar brasileiro (1964-1985). Vannuchi acredita que o governo não poderá fugir do assunto, atual ou futuramente, e que o caráter de urgência do tema deve evitar que o projeto fique parado por muito tempo no Congresso, destacando que a Comissão irá julgar todos os acusados, sendo eles militares ou militantes de esquerda. Para o ex-ministro a impunidade não deve persistir, mas neste primeiro momento o foco deve ser as acusações e discussões sobre os casos de tortura, e não as punições, que serão definidas em um próximo estágio. (O Estado de S. Paulo – Nacional 24/07/11)

## 6- Órgãos públicos investigam possíveis irregularidades em obras sob controle do Exército

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, a Procuradoria de Justiça Militar, o Ministério Público Federal e o Tribunal de Contas da União investigam possíveis crimes cometidos pelos Batalhões de Engenharia do Exército nas obras do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC). Dentre as denúncias estão o furto de materiais de construção, favorecimento de empresas, direcionamento de licitações e atrasos nas obras. Ao todo, na função de empreiteira, o Exército recebe mais de R\$ 2 bilhões e dispõe de, no mínimo, 2,7 mil militares para trabalharem nessas construções, que se constituem na construção e/ou modernização de rodovias, aeroportos e no Projeto da Transposição do Rio São Francisco. Em relação às rodovias, ocorreram prováveis atividades ilícitas nas obras da BR 101, na região Nordeste e na BR 163, entre os estados do Mato Grosso e Pará. As denúncias variam entre furtos nas construções até sobrepreço de serviços. A Procuradoria de Justiça Militar em Recife e Tribunal de Contas da União (TCU) foram as instituições que apontaram essas duas atividades ilícitas, respectivamente. O TCU ainda encontrou irregularidades na obra do São Francisco e acusou a sobrevalorização na compra de materiais e contratos na edificação de um aeroporto no estado do Rio Grande do Norte, no qual atua o 1º batalhão do Exército. Outra irregularidade ocorreu no Instituto Militar de Engenharia (IME), localizado na cidade do Rio de Janeiro. Segundo acusação do Ministério Público Militar, um coronel e um major do Exército lideraram um conjunto de relações ilegais entre o IME, empresas do setor, o Departamento de Engenharia e Construção e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). O Centro de Comunicação Social do Exército negou qualquer ato criminoso que possa ter sido cometido por militares. Todavia, a assessoria de imprensa militar, o TCU e o aparato de investigação do Exército analisaram “problemas de execução” em determinadas construções. Atualmente, com o fim de evitar novos atos irregulares, o Centro de Inteligência do Ministério Público Militar, localizado na cidade de Brasília, trabalha na eficácia investigativa e na prevenção desses crimes. (*Correio Braziliense – Política – 25/07/11*)

## 7- Exército irá receber e destruir armas apreendidas pela Justiça

O jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e os Ministérios da Justiça e da Defesa firmarão um acordo para que o Exército abrigue e destrua em torno de 700 mil armas que, atualmente, encontram-se sob tutela da Justiça. Esse armamento, confiscado em ações policiais e, muitas vezes, utilizados em processos criminais, encontra-se guardado em vários fóruns do país. Devido à fragilidade em garantir a custódia dessas armas, o Exército as receberá e inviabilizará seu uso. A parceria entre as instituições concluirá a resolução 134 do CNJ, aprovada em 21/06/11, que definiu o período de 180 dias para a atuação das assessorias militares dos Tribunais de Justiça referente à “identificação, a guarda e o transporte periódico das armas e munições de todas as unidades judiciárias para o Comando do Exército”. (*O Estado de S. Paulo – Metrópole – 25/07/11*)

8- Ex-comandante do DOI-Codi é julgado em ação civil por tortura e poderá ser condenado a pagar indenização<sup>1</sup>

Segundo informações dos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o coronel reformado do Exército, Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-comandante do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna do II Exército (DOI-Codi), órgão vinculado ao governo militar (1964-1985), está sendo julgado por tortura no caso da morte de Luiz Eduardo Merlino, jornalista e militante do antigo Partido Operário Comunista (POC), ocorrida em 1971. A ação movida pela família pede a indenização por danos morais pela morte do jornalista, sendo que as testemunhas ouvidas no dia 27/07/11 afirmaram que Merlino foi torturado e morto a mando de Ustra quando estava sob custódia do DOI-Codi. Documentos do Exército afirmam que Merlino foi atropelado após uma tentativa de fuga. A defesa do coronel pretende transformar o caso em um debate sobre o alcance da Lei da Anistia de 1979, segundo informou o periódico *O Estado de S. Paulo*. De acordo com o jornal, esta é a razão pela qual o nome do atual senador e ex-presidente da República, José Sarney, está presente na lista das testemunhas de defesa, cuja intenção, segundo o advogado Paulo Esteves, é de que Sarney fale sobre a Lei mostrando que ela beneficiou militares e militantes da esquerda. No entanto, o senador afirmou que não pretende depor no caso e que vê na atitude da defesa apenas uma tentativa de prorrogar o julgamento. Além disso, não é interessante a associação de seu nome a um episódio envolvendo torturas a opositores do regime militar, pois na época Sarney era membro da Arena, partido de sustentação política da ditadura. Ademais, segundo relatou o jornal *Correio Braziliense*, Paulo Vannuchi, ex-ministro de Direitos Humanos e uma das testemunhas de acusação ouvidas, afirmou que um julgamento como esse pode fazer com que o Supremo Tribunal Federal (STF) reveja sua interpretação a respeito do alcance da Lei da Anistia. (*Correio Braziliense* – Política – 28/07/11; *Folha de S. Paulo* – Poder – 28/07/11; *O Estado de S. Paulo* – Brasil – 27/07/11; *O Estado de S. Paulo* – Nacional – 28/07/11)

9- Nova ossada é encontrada na região da Guerrilha do Araguaia e ministra defende pagamento de indenização a camponeses

Segundo notícias veiculadas pelos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, uma ossada foi encontrada no dia 27/07/11 na cidade de Xambioá, estado do Tocantins, região de confronto entre guerrilheiros e Exército no período do regime militar (1964-1985). O Grupo de Trabalho Araguaia (GTA), responsável pela busca de desaparecidos políticos nessa região, irá analisar se tal ossada pertence a um guerrilheiro morto pelos militares. Moradores locais indicam que integrantes da Guerrilha do Araguaia

---

1 Retificação do Informe Brasil 20-2011, notícia 03, linhas 10,11 e 12, que contém a seguinte informação: “Para a família do jornalista e outras organizações envolvidas há expectativa de que a ação leve, pela primeira vez, a prisão de um militar acusado de tortura.” A palavra “prisão” deve ser substituída por “condenação”, pois a ação civil movida contra o ex-comandante refere-se ao pagamento de indenização por danos morais, o que reconheceria Ustra como o responsável pelo crime, mas não acarretaria em sua prisão, uma vez que está resguardado pela Lei da Anistia.

(1972-1975) foram mortos e enterrados no local onde a ossada foi encontrada. Em visita ao local das escavações, a ministra da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Maria do Rosário, defendeu a indenização para 44 camponeses torturados durante o conflito. Tais camponeses, anistiados em 2009, teriam direito a indenizações entre R\$80 e R\$142 mil, além de pensões no valor de dois salários mínimos. A decisão final ainda depende da Justiça Federal. O GTA já localizou dez ossadas na região de Xambioá, duas já foram identificadas como pertencentes a combatentes. (Correio Braziliense – Política – 28/07/11; Folha de S. Paulo – Poder – 28/07/11; O Estado de S. Paulo – Nacional – 28/07/11)

## **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Brasiliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

### **Equipe:**

Alexandre Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Ana Paula Silva (Supervisora, mestranda em História); Etelmar Cristina Citrângulo Morente (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Fred Maciel (Redator, mestrando em História, bolsista CAPES); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana de Freitas Montebugnoli Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Victor Missiato (Redator, mestrando em História, bolsista CAPES)